

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 17/03/2023

2

3 Ao décimo sétimo dia do mês de Março de dois mil e vinte três, às quinze
4 horas, excepcionalmente em formato *online* por meio do *link*
5 meet.google.com/xwu-jace-bsp, iniciou-se a Reunião Ordinária do Comitê
6 Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná. Conforme
7 convocação prévia fez-se presentes: **TITULARES GOVERNAMENTAIS:** JANE
8 VASQUES (SEJU), ISABELA RESENDE DAMIANI (ARQUIVO
9 PÚBLICO). **SUPLENTES GOVERNAMENTAIS:** MARINA BRAGA CARNEIRO
10 (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ). **TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL:**
11 IVETE MARIA CARIBÉ ROCHA (SERPAJ), ALUÍZIO FERREIRA PALMAR
12 (CDHMP). **SUPLENTES SOCIEDADE CIVIL:** ADÉLIA LOPES SALAMENE
13 (SINDIJOR-PR), CARLA LUCIANE SOUZA DA SILVA (UNIOESTE).
14 **CONVIDADOS(AS)TITULARES:** MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA
15 (TJ/PR). **CONVIDADOS(AS)/COLABORADORES(AS):** RAQUEL OSOWSKI
16 (MPPR), NORTON NOHAMA (UFPR), FLÁVIA DA ROSA MELO
17 (LUME),ANTÔNIO GOULART, CLÁUDIA HOFFMANN (COORDENADORA DO
18 LUME),ANTONIO GOULART, ANDRÉIA CORAT (SEJU/CODHC).
19 **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:** Não houve justificativas. **1. Abertura:**
20 Inicialmente, Ivete saudou todos e todas e deu início à Reunião Ordinária do
21 Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. **2. Apreciação e**
22 **Aprovação da Pauta:** Ivete realizou a leitura da pauta para conhecimento de
23 todas e todos e informou que houve acréscimo sobre o Documentário “Em
24 Busca de Anselmo” em que Antônio Goulart apresentaria. Jane solicitou a
25 inclusão de pauta sobre o Arquivo Geral e que este seja o primeiro ponto de
26 pauta, pois a Marina estava de férias e participaria somente para auxiliar nessa
27 questão. Raquel solicitou que o ponto de pauta do Antônio Goulart também
28 fosse apreciado na sequência por se tratar de um convidado. Não houve
29 discordâncias ou maiores acréscimos à pauta, sendo assim, a pauta e suas

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

30 respectivas inclusões foram aprovadas por unanimidade. **3. Aprovação da Ata**
31 **da Reunião Ordinária de Fevereiro:** Ivete informou que a ata foi encaminhada
32 por *e-mail* para todos (as) e a colocou em votação — sem ressalvas, a ata foi
33 aprovada por unanimidade. **4. Arquivo Público:** Primeiramente, Marina
34 registrou suas desculpas por estar ausente das reuniões por conta dos
35 períodos de férias e outros motivos, mas soube que na reunião passada foram
36 discutidas questões relacionadas ao Arquivo Público. Marina contextualizou
37 que, em Setembro de 2021, foram recolhidas 127 pastas de documentações
38 produzidas durante o período da Comissão Estadual da Verdade que estavam
39 na sede da SEJU — na época SEJUF — no Palácio das Araucárias, onde foi
40 decidido pelo CEMVEJ que deveriam ser alocados no Arquivo Público para
41 preservação. Quanto a isso, foram feitas descrições de todos os documentos
42 que foram enviados, publicação em Diário Oficial e todos os trâmites
43 necessários, a documentação está toda higienizada e vinculada no mesmo
44 depósito da DOPS — sendo necessário discutir as formas de acesso à
45 documentação. Entretanto, na semana passada a Isabela, Diretora do Arquivo
46 Público, relatou para ela que surgiu em pauta a transferência de novas
47 documentações produzidas pelo CEMVEJ, posterior a documentação da CEV.
48 Por isso, Marina contextualizou que todas as documentações que chegam ao
49 Arquivo Público são postas em triagem, que é chamada de Gestão
50 Documental, para verificar o conteúdo, se tem muitas cópias, as condições, o
51 tipo documental e demais aspectos, pois sim, é interessante ter esses arquivos,
52 mas há uma limitação física dos depósitos. Portanto, uma vez que seja
53 validada o arquivamento dessa documentação, é necessária a publicação em
54 Diário Oficial do Estado e averiguar a questão se a documentação seria de
55 acesso público ou restrito, pois recentemente uma pesquisadora entrou em
56 contato com o Arquivo Público porque deseja fazer um documentário sobre a
57 Teresa Urban e gostaria de saber como teria acesso à documentação, por isso,
58 questionou ao colegiado do CEMVEJ como se daria esse acesso. Ivete

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

59 respondeu que, a princípio, foi pensado em encaminhar essa documentação ao
60 Arquivo Público devido a capacidade de espaço e técnica de manter essa
61 documentação na Sala Lume. Norton lembrou que a remessa de toda
62 documentação ao Arquivo Público era uma das recomendações do Relatório
63 da CEV, não só a remessa, mas a disponibilidade pública da documentação,
64 aberta da melhor maneira possível. Além disso, Norton questionou sobre o
65 Acervo Digital, pois uma parte dos documentos não são físicos por serem
66 coletados de outras fontes ou serem somente digitais, além dos audiovisuais,
67 como os vídeos das audiências públicas. Marina respondeu que a
68 documentação física foi digitalizada na época (2015-2016) por estagiários da
69 SEJUF e do Arquivo Público e em determinada reunião, foi discutido isso com
70 a Professora Marion e uma representante do Ministério Público. Por isso, foi
71 atrás dessa documentação, pois não tinha acesso por ser da SEJUF e não ter
72 acesso ao documentador — que é o repositório digital do Estado —, ao fazer
73 isso, verificou que sim, ela estava toda digitalizada e em responsabilidade da
74 SEJUF (agora SEJU) — mas também fez o *download* do arquivo. Portanto, era
75 necessário verificar com alguém da SEJU como ter acesso ao arquivo por
76 conta do *login* específico ou verificar alguma forma de disponibilizar toda essa
77 documentação no *site* para que qualquer pessoa tenha acesso — caso esse
78 seja o entendimento do CEMVEJ, por se tratar de documentos mais recentes
79 (1975-2015). Ivete respondeu que, em relação aos depoimentos, a parte
80 gravada, não seria necessária a autorização de acesso porque na ocasião
81 destes depoimentos foram coletadas as Autorizações de Uso de Imagem de
82 todas as pessoas que depuseram na CEV. Norton destacou que, no seu
83 entendimento, toda a documentação da CEV/CEMVEJ é pública e não existe
84 nada de natureza privada, se haviam algum documento classificado com grau
85 de sigilo, já foram todos desclassificados, não havendo dúvidas em relação ao
86 acesso público à documentação. Norton indicou que havia uma dúvida pontual
87 em relação a se deveria haver restrição de acesso alguma informação de

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

88 natureza pessoal, mas foi discutido anteriormente de se adotar o mesmo
89 procedimento do Arquivo Nacional quando foi colocar em disponibilidade
90 pública os acervos da Ditadura, do Exército e das Forças Armadas em geral,
91 em que eles fizeram um chamamento para que a Sociedade Civil se manifesta
92 em relação ao acervo, se alguém quisesse requerer sigilo deveria se
93 manifestasse — com pouquíssimas manifestações. Alguns casos optou-se pelo
94 tarjamento no documento de informações pessoais como nome, endereço,
95 telefone e etc, porém, todo o restante foram dispostos publicamente. Porém,
96 Norton indicou que no caso do CEV/CEMVEJ talvez não haja situações
97 semelhantes, mas em todo caso, por cautela poderia ser adotado o mesmo
98 procedimento do Arquivo Nacional só para não haver alegações que
99 informações pessoais foram tornadas públicas. Em seguida, Cláudia lembrou
100 que no ano passado já haviam discutido um pouco sobre isso e que havia uma
101 documentação que estava somente no Centro de Apoio do MP, tendo um caso
102 emblemático do ex-funcionário da Itaipu que tinha as fotos colocando fogo nas
103 moradias indígenas com “pose de herói” ao lado da caminhonete da Itaipu e,
104 quando foram colocadas no relatório essas imagens, foi posta uma tarja preta
105 nos rostos para não serem reconhecidos, no texto do relatório entrou como
106 depoimento anônimo porque seu filho ainda é funcionário da Itaipu e poderia
107 sofrer represálias, um documento que ainda estava no MP e a preocupava
108 bastante. Além disso, Cláudia ressaltou que o Lume não tem espaço físico e
109 nem técnicos (as) especializados (as) para o arquivamento destes documentos,
110 pois ela e a Flávia são Historiadoras, por isso, deveria sim, ir para o Arquivo
111 Público. A seguir, Marina sugeriu que a gestão documental fosse feita e a
112 transferência por blocos, para não ser somente alguns relatórios e documentos
113 avulsos, porque é necessária a publicação em Diário Oficial e outros processos
114 mais trabalhosos. Cláudia respondeu que, se o Arquivo Público recebeu um
115 Relatório da CEV completo, já estava lá, mas sem os destaques sobre o
116 depoimento anônimo e o cuidado com os nomes. Então, na reinauguração do

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

117 Lume em Dezembro de 2022 foram recebidos alguns materiais, por isso que
118 pautou na reunião de Fevereiro, para verificar a forma correta de destinar estes
119 materiais, além disso, informou que não é um grande volume e poderia ser feito
120 um inventário anual para ser repassado ao Arquivo Público. Marina respondeu
121 que sim, seria uma boa ideia esperar acumular os materiais e questionou se
122 eles eram físicos ou mídias digitais, sendo necessário organizar também em
123 um só local também os arquivos digitais. Cláudia verificou a possibilidade de
124 colocar um destaque do que estava nas mãos do Ministério Público porque,
125 como o Dr. Olympio foi o Coordenador da CEV entre 2014 e 2017, o MP
126 acabou concentrando algumas documentações dos eixos que ele estava
127 responsável. Norton pontuou que o mais urgente e necessário nesta fase, seria
128 conceder acesso público da documentação da CEV, do acervo que estava na
129 SEJU e que em sua totalidade estava digitalizado, incluindo os arquivos
130 audiovisuais. Entretanto, essa nova documentação que estava sendo coletada,
131 seria uma documentação posterior e em volume bem menor, que pode ser
132 tratada depois. Marina concordou e levantou a possibilidade da SEJU/Arquivo
133 Público elaborarem uma Nota para dar publicidade dessa disponibilização dos
134 documentos e o chamamento sugerido pelo Norton. Ademais, Cláudia
135 lembrou do depoimento que foi recebido quando o relatório já estava na
136 Editora e não dava mais para incluir, um caso emblemático de violência dos
137 militares contra um civil, com teores racistas e um caso isolado, onde um jovem
138 de 17 anos estava passeando no Passeio Público e devido ao frio, tinha
139 ganhado um casaco com estampa militar e por isso, foi preso e torturado por
140 cinco dias, tendo seqüelas até hoje. Na época, Cláudia coletou o depoimento
141 desse homem no Ministério Público e na época ele assinou um termo para que
142 seu caso pudesse ser utilizado em pesquisas, pois seu interesse não era
143 indenização ou algo do tipo, só gostaria que não voltasse a acontecer — e o
144 documento original do relato seria importante ir para o Arquivo Público.
145 Portanto, Ivete reiterou que deveria ser feita um chamamento no Diário Oficial

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

146 para que as pessoas que depuseram na CEV possam se manifestar sobre
147 essa publicidade dos documentos. Norton indicou que, pelo que se lembra, em
148 âmbito Nacional foi feito um chamamento para qualquer cidadão brasileiro
149 pudesse proteger seus dados pessoais na publicação do acervo recolhido. Em
150 seguida, Cláudia reiterou que a Giulia pediu afastamento no ano passado para
151 lecionar e a Flávia já era uma colaboradora do Lume, assim, foi convidada e
152 aceitou a vaga de Historiadora e Secretária Executiva do Lume, ela que é
153 Doutora em História e faz Direito na PUC. Logo após, Flávia agradeceu a
154 apresentação e destacou que concorda muito com a sugestão do Norton de ter
155 um chamamento público, mas que deveria ter cuidado ao ser um chamamento
156 geral, pois pode acontecer de militares ou parentes deles possam solicitar a
157 ocultação dos seus dados. Em primeiro lugar, Maria Aparecida deu as boas-
158 vindas a Flávia e de qualquer forma, anteriormente ao chamamento de
159 qualquer órgão, deve ser observada a Lei Geral de Proteção de Dados
160 Pessoais (LGPD) que aponta em alguns dispositivos legais que aqueles
161 documentos que são sensíveis e deve ter maior proteção. Por isso, a LGPD
162 deveria ser atentamente observada e estudada para verificar o que se insere, o
163 que pode e não pode ser divulgado. Norton ressaltou que seria feito um
164 chamamento à sociedade para que se manifeste acerca de uma documentação
165 antiga da Ditadura Militar Brasileira, que em princípio, tem um dever moral de
166 ser tornada pública, ou seja, não há um questionamento de natureza ética
167 sobre e sim, um dever ético de torná-la pública. A dúvida seria com relação a
168 necessária proteção de dados pessoas de eventuais pessoas que estão no
169 documento e não de parentes e, se houver questionamentos por parte das
170 pessoas, urge a necessidade de que alguém analise da procedência deste
171 pedido. No momento, Norton pontuou ser necessário definir que realizaria o
172 chamamento e quem faria a análise dos pedidos. Cláudia colocou o Lume à
173 disposição e sugeriu que fosse feita uma Comissão com representantes
174 envolvidos nesta questão. Maria Aparecida concordou com a criação de uma

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

175 Comissão para análise dos pedidos e reiterou que um estudo da LGPD é de
176 suma importância. **5. Documentário ‘Em Busca de Anselmo’**: Em primeiro
177 lugar, Antônio agradeceu a oportunidade e fez uma breve apresentação, ele
178 que é engenheiro e trabalhou quase 40 anos na Eletrobrás, começou quando o
179 setor elétrico tinha menos de 10 mil Megawatt de Usina e quando se aposentou
180 tinha 160 mil, uma longa caminhada. Portanto, não se politizou pelo Movimento
181 Estudantil, se politizou pelas greves do Setor Elétrico e foi enquadrado no final
182 da Ditadura, foi do Sindicato de Engenheiros e conheceu o Norton por lá,
183 transita muito pelas questões sociais e viajou muito para América Central,
184 observando diversas percepções diferentes das ditaduras, como o debate
185 sobre qual foi a Ditadura mais dura, uruguaia ou chilena. Aprendeu que nos
186 anos 80, mataram mais de 250 mil pessoas na Guatemala, algo que ninguém
187 sabe aqui. Então, a importância da memória e desses atos do período
188 dramático e definidor da história, além de sempre estarem em pauta e o
189 documentário ‘Em Busca de Anselmo’, dirigido por Alberto Carlos Júnior e
190 disponibilizado na *HBO Max*, por isso, necessita de autorização para passar
191 em cinemas e demais espaços. Antônio destacou que o documentário é de
192 uma riqueza documental impressionante e desde o ano passado conversou
193 com o Dr. Olympio para fazer a divulgação desse material, pois além da
194 qualidade, o Produtor do documentário não quer que ele fique somente na
195 “gaveta” do *streaming*, quer que o produto seja conhecido. Portanto, a ideia era
196 divulgar esse material neste meio privilegiado do CEMVEJ com diversas
197 representações em meios sindicais, movimentos sociais e demais espaços. A
198 sugestão do Alberto foi de transmitir os quatro capítulos do documentário
199 virtualmente e o quinto capítulo presencialmente, aqui no Paraná, sugerindo
200 também trazer a filha da Soledad Barrett para participar. O período estipulado
201 anteriormente no MP foi Maio, para assim, maturar a ideia e conseguir dar os
202 encaminhamentos necessários para construir um projeto de divulgação. Em
203 Seguida, Aluizio indicou que era muito boa a iniciativa do Goulart e de fato o

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

204 documentário é interessante, não chega a ser uma coisa muito boa, apenas
205 interessante e, isolado, não chega a ser um trabalho pedagógico para as novas
206 gerações, mas é bom para os mais velhos, aqueles que viveram naquela
207 época. Portanto, é importante que o Carlos Alberto estivesse junto e
208 esclarecesse alguns detalhes para contextualizar o documentário e depois da
209 exibição aprofundar o debate porque de fato, é uma figura nefasta e o
210 documentário não esclarece alguns pontos, pelo contrário, o humanizou. Por
211 ser diferente dos demais documentários — como do Silvio Tandler, que é mais
212 didático — e ter um teor mais investigativo e deu muita ênfase ao caráter
213 religioso do Cabo Anselmo, como coroinha, e sua monstruosidade não ficaram
214 bem caracterizados. Por exemplo, as Prisões em Recife e Olinda e o período
215 que ele morou com a Soledad e com as outras pessoas no apartamento em
216 Olinda participaram das prisões em Recife, da tortura e morte de seis presos e
217 depois o “teatrinho” que montaram na Chácara de São Bento em que a
218 repressão disse que era uma reunião e todos eles foram friamente
219 assassinados, ou seja, era necessário mostrar com mais clareza o papel dele
220 nesse processo vivenciado naquela época. Por isso, Aluizio concordou que é
221 válido lembrar o período e que também poderiam ter os militares e
222 advogados que disseram não, do Silvio Tandler, porque assim, pode ser
223 realizado um festival para ser exibido documentário para contextualizar melhor
224 o Cabo Anselmo. Antônio destacou a importância do relato do Aluizio, pois ele
225 mesmo não tinha percebido todos esses pontos e que também ficou reflexivo
226 quanto à interpretação do documentário pelos mais jovens, apesar dele próprio
227 ter uma interpretação diferente do documentário. Por isso, sugeriu que fosse
228 elaborado um projeto com mais convidados e ampliação do debate, além disso,
229 Antônio pontuou que passar os cinco episódios em um dia só talvez tornasse o
230 evento maçante, sendo possível fazer presencial em duas vezes. Andréia
231 informou que estava com problemas técnicos e não conseguia transmitir o
232 *trailer* do documentário. Cláudia sugeriu uma roda de conversa com o cineasta

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

233 e as pessoas envolvidas e que as pessoas fossem ao evento com o filme já
234 assistido. Raquel respondeu que a proposta era exatamente essa, assistir
235 antes do evento e no dia transmitir apenas a última parte. Antônio informou que
236 a transmissão era feita pelo Carlos Alberto, que já fez isso diversas vezes, mas
237 ai não tem o debate, pois é muito difícil uma pessoa entender o documentário a
238 partir de relatos, sendo necessário assisti-lo para criar sua própria
239 interpretação. Ivete sugeriu que, se possível, o CEMVEJ marcasse um
240 encontro virtual com o cineasta e trabalhar um pouco mais essas questões e
241 verificar as possibilidades do encontro presencial. **6. Aprovação do Plano de**
242 **Trabalho Lume 2023:** Cláudia informou que a ideia seria somente colocar o
243 Plano de Trabalho em aprovação do Comitê e perguntou se todos (as)
244 conseguiram lê-lo e, caso alguém tivesse alguma sugestão, ainda daria tempo
245 de incluir. Ivete, Maria Aparecida, Aluízio e Jane registraram seus votos
246 favoráveis pela aprovação. Não houve manifestações contrárias, portanto, o
247 Plano de Trabalho do Lume 2023 foi aprovado. **7. Formação de Comissão**
248 **Especial para tratar da reformulação do Termo de Cooperação - com**
249 **inclusão do MPPR e outros ajustes:** Primeiramente, Cláudia contextualizou
250 que o Termo de Cooperação é formado pelo TJ, CEMVEJ e SEJU (antiga
251 SEJUF) e o MP sempre foi um apoiador, pois nunca entrou formalmente no
252 Termo e agora, o MP indicou o desejo de entrar no termo e Dr.Olympio relatou
253 que cederão um (a) estagiário (a). Ademais, Cláudia informou que estavam
254 “alimentando” o *Instagram* do Lume — [@lumecuritiba](https://www.instagram.com/lumecuritiba) — por ser uma das
255 principais ferramentas para as Comissões Julgadoras de Editais verificar as
256 atividades dos participantes, além disto, há o *site* do Lume —
257 www.lumelugardememoria.com/lume — que está em funcionamento desde
258 2022. Portanto, seria essencial mais uma pessoa para auxiliar nas atividades,
259 pois agora há o projeto com o Colégio Estadual do Paraná, em que vão ser
260 organizados dois cursos de formação, um para os (as) alunos (as) e outro para
261 os Professores e Professoras. Há também a formação para os (as) funcionários

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

262 (as) terceirizados (as) do Centro Judiciário. Portanto, como deve ser
263 reformulada a redação do Termo de Colaboração, Cláudia sugeriu que fosse
264 composta uma comissão com todas as instituições representadas — TJ, MP,
265 CEMVEJ, LUME e SEJU — para refletir e “amarrar” melhor o termo. Em
266 seguida, Maria Aparecida destacou que é necessário analisar a forma que isto
267 será colocado ao novo Presidente do TJ, embora ano passado tenham tido
268 algumas conquistas relacionadas à confecção de materiais, foi sentido que
269 ainda há alguns óbices com relação à existência do Lume no Centro Judiciário,
270 por isso, devem ser observados estes melindres dos bastidores para garantir a
271 autonomia do Lume. Ivete reiterou que a necessidade dessa reunião e que
272 deveriam comparecer representantes de todos os órgãos do termo, como o Dr.
273 Olympio, Maria Aparecida e o Secretário da SEJU ou o Diretor, para assim,
274 mostrar que o CEMVEJ tem um colegiado forte e a essencialidade da pauta.
275 Maria Aparecida informou que solicitou hoje (17) que fosse marcada essa
276 reunião, mas não sabe exatamente quando aconteceria e que seria importante
277 organizar a agenda de todos (as). Cláudia perguntou se seria possível a Juíza
278 Auxiliar dar duas ou três possibilidades de datas para que ela consiga articular
279 a agenda do Dr. Olympio e a Jane verificar a do Secretário da SEJU, se
280 possível, a partir do dia 27 de Março. Deste modo, o encaminhamento foi
281 aguardar a reunião com o TJ para depois fazer a comissão com todas as
282 instituições que formarão o ajuste do Termo de Colaboração. **6. Informes**
283 **sobre o Encontro dos Comitês Nacionais em Brasília dias 27/28 de março:**
284 Aluizio informou que no dia 27 aconteceria a reinauguração da Ponte, que
285 antes era Ponte Costa e Silva e agora, por lei será renomeada como Ponte
286 Honestino Guimarães, onde dia 27 haverá uma solenidade com os familiares e
287 colegas do Honestino Guimarães, pessoal da UNB, amigos e parentes de
288 desaparecidos políticos. No dia 28 haverá uma reunião com o Ministro Silvio
289 Almeida, especifica com os familiares dos mortos e desaparecidos políticos
290 para tratar do tema, reativação da Comissão de Mortos e Desaparecidos

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

291 Políticos, a continuação das buscas e investigações sobre os desaparecidos
292 políticos. No dia 29, Aluízio relatou que acontecerá uma reunião do Ministro
293 Silvio Almeida com representantes de entidades relacionadas à Anistia Política
294 e ali, será discutida a reativação da Comissão da Anistia Política, os
295 requerimentos que foram negados na administração da Damares Alves,
296 desarquivamento dos processos e suas análises, militares que não foram
297 anistiados e as demais questões demandadas pelas comissões. Ademais,
298 Aluízio informou que não vai comparecer ao encontro, pois não obteve retorno
299 da Secretaria quanto às passagens e não poderia sair de Foz do Iguaçu neste
300 momento, por isso, se possível, outro (a) representante deveria comparecer.
301 Jane questionou se as passagens foram solicitadas formalmente via *e-mail*.
302 Ivete respondeu que sim, foi feito um ofício. Andréia informou que fez um
303 protocolo e passou diretamente à Chefia e ela passou à Direção, portanto,
304 estava apenas aguardando a resposta do protocolo para repassar ao Aluízio.
305 Raquel relatou que realizou várias tentativas de solicitação de um convite para
306 o Dr.Olympio, mas obteve a resposta de que era um encontro solicitado pela
307 Sociedade Civil e que não mandariam o convite. Aluízio respondeu que, talvez
308 eles tenham tido o entendimento que o convite compromete a disponibilização
309 de passagens ao Dr.Olympio, o que não seria exatamente o caso e se ainda
310 não conseguisse, talvez seja necessário falar com o Ministério, sugerindo
311 assim, que a Raquel encaminhe um ofício diretamente ao Ministério em
312 Brasília. **7. Informes sobre o Fórum Mundial de Direitos Humanos:**Ivete
313 informou que o Fórum será promovido pela UNESCO, em Buenos Aires, do dia
314 20 a 24 de março e que a Professora Carla estará numa mesa na FLACSO. Já
315 a Ivete, participará na Mesa de Políticas de Memória, Verdade, Justiça e
316 Garantia de Não Repetição e outra sobre Tortura e Outros Tratos ou Penas
317 Cruéis Desumanas ou Degradantes e Forças de Segurança de DDHH. Além
318 disso, no dia 19, Ivete informou que participará de uma atividade no Campo de
319 Mayo, que serviu como uma espécie de Campo de Concentração na época da

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

320 Ditadura e tem inclusive um Hospital Militar onde as mulheres presos que
321 estavam grávidas eram levadas para dar a luz, por meio de partos induzidos,
322 onde depois de nascidas, as crianças eram levadas pelos militares, que são
323 aqueles que as “Mães da Praça de Mayo” e agora as “Avós da Praça de Mayo”
324 tentam recuperar esses familiares. “No Campo de Mayo, as mulheres depois
325 de darem a luz eram levadas para “Vôos da Morte”, que inclusive, no Governo
326 do Fernández, foram recuperados três aviões que eram utilizados nestes vôos.

327 **8. Propostas de atividades do Comitê à partir do mês de Abril:** Ivete relatou
328 que solicitou esse ponto para levantar as atividades a partir de Abril, mas como
329 deve estar dentro do Plano de Trabalho trazido pela Cláudia, poderiam basear-
330 se por ele. Além disso, Ivete informou que pelo grupo Geração 68 por incentivo
331 da Clair, Judite, Aluízio e outros (as) companheiros (as), estavam participando
332 de eventos em Sindicatos, outro dia teve um evento de Moradias Populares e
333 apresentaram um vídeo que narra um pouco da história do Pré-golpe de 64, do
334 Golpe de 64 e a volta da Lei de Anistia, Constituinte e outros fatos. Maria
335 Aparecida informou que no dia 21 às 08h00 no Salão Nobre da UFPR,
336 participaria de um evento com a Dr. Vera Karam de Chiueiri da UFPR e da
337 Faculdade de Direito, para conversar a respeito do Golpe de 64 e falar sobre a
338 Anistia, Memória e o Esquecimento. **9. Informes da Secretaria-Executiva:**

339 Andréia informou que, em relação à viagem do Aluízio estava aguardando o
340 retorno do protocolo e os ofícios do Fórum já foram para o Secretário, além
341 disso, houve a solicitação de substituição do Aimoré e a Minuta de Decreto já
342 estava feita. Cláudia informou que a Procuradora Regional Raíssa — que
343 participou da reunião com o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão —
344 solicitou que fossem enviados para ela as convocatórias de reunião para que
345 possa participar. **10. Encerramento:** Em conclusão, Ivete, em sua qualidade
346 de Coordenadora, deu por encerrada a Reunião Ordinária do Comitê Estadual
347 de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi
348 da Rosa e revisada pela Secretária Executiva Andréia Corat.